# **DELIBERAÇÃO PLENÁRIA**

PROCESSO	SEM PROCESSO
INTERESSADO	CAU/PA
ASSUNTO	Criação da Comissão Temporária para Equidade de Gênero

# DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO Nº 01/2022 PA Nº 113ª/2022

Aprova a criação da Comissão Temporária para Equidade de Gênero.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARÁ - CAU/PA no exercício das competências e prerrogativas de que trata o Artigo 56 do Regimento Interno do CAU/PA, em Belém/PA, na sede do CAU/PA, no dia 08 de março de 2020, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando as razões manifestadas no Anexo 01 da presente deliberação.

#### **DELIBEROU:**

- Por instituir, nos termos do parágrafo único do Artigo 124 do Regimento Interno do CAU/PA, a Comissão Temporária para Equidade de Gênero-CTEG;
- 2. Por aprovar a Justificativa, as competências, o calendário de atividades, a dotação orçamentária, o prazo de funcionamento e a pertinência do tema estabelecidos no Anexo 01 desta Deliberação.
- 3. Com 07 votos favoráveis dos conselheiros(a)s Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão, Ana Cristina Lopes Braga, Ary Dionor Viana Rabelo, José Maria Coelho Bassalo, José Reginaldo Pinto de Abreu, Juliano Pamplona Ximenes Ponte, Matheus de Almeida Vieira e Samantha, 00 votos contrários; 00 abstenções e 02 ausências.
- 4. Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 21 de janeiro de 2022

JOSÉ AKEL BARES FILHO

Presidente do CAU/PA



# 113ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIADO CAU/PA

Folha de Votação

UF	Conselheiro(a)	Votação					
OF	Conseniero(a)	Sim	Não	Abst.	Ausên		
1.	Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	X					
2.	Ary Dionor Viana Rabelo	X					
3.	Anna-Beatriz Bassalo Aflalo				X		
4.	Ana Cristina Lopes Braga	X					
5.	Cecy Oneide do Nascimento Sussuarana				X		
6.	Jose Maria Coelho Bassalo	X					
7.	Jose Reginaldo Pinto de Abreu	X					
8.	Juliano Pamplona Ximenes Ponte						
9.	Matheus de Almeida Vieira	X					
10.	Samantha	X					

Histórico da votação:

Reunião Plenária Ordinária Nº 113ª

Data: 21/01/2022

Matéria em votação: 'Criação da Comissão Temporária para Equidade de Gênero

Resultado da votação: Sim (07) Não (00) Abstenções (00) Ausências (02), Total (10)

Ocorrências: Não houve

Secretária: Rioma Sarges Rebelo Condutor dos Trabalhos (Presidente) José Akel Fares Filho



# Comissão Temporária para Equidade de Gênero

Período de Execução: 08-Mar-2021 a 08-Set-2021

#### Público-alvo

CAU/PA, Profissionais e Empresas de Arquitetura e Urbanismo, mulheres e homens, que se sentem sub-representados(as), discriminados(as) ou alienados(as), no exercício da profissão de arquiteto(a) e urbanista no âmbito da habitação, dos assentamentos humanos e das cidades. Gestores e atores sociais, formuladores de políticas públicas, representantes populares, líderes da sociedade civil e tomadores de decisões cujas esferas de atuação tenham impacto direto nos campos relacionados à Arquitetura e Urbanismo.

#### **Objetivo**

- Dar encaminhamento ao compromisso assumido pelo CAU/PA de promover a equidade de gênero em todas as suas instâncias organizacionais e em seu relacionamento com a sociedade;
- Fazer cumprir a missão do CAU/PA de promover Arquitetura e Urbanismo para todos (e todas);
- Estar alinhado a visão de futuro do CAU, de "Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo";
- Promover a profissão do(a) Arquiteto(a) e Urbanista como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade e para a promoção da justiça social, conforme previsto no item 4.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU;
- Contribuir para com o alcance do 5º Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU: a igualdade de gênero;
- Estar alinhado à Política do CAU para a Equidade de Gênero desenvolvida pelo CAU/BR no que diz respeito aos seis eixos de trabalho apresentados na mesma: Equidade no COTIDIANO da Arquitetura e Urbanismo; Equidade na HISTÓRIA da Arquitetura e Urbanismo; Equidade na FORMAÇÃO em Arquitetura e Urbanismo; Equidade na PRÁTICA em Arquitetura e Urbanismo; Equidade na POLÍTICA da Arquitetura e Urbanismo; e Equidade no CONSELHO de Arquitetura e Urbanismo.

#### Justificativas

#### 1. O CONTEXTO

É inquestionável o papel minoritário que as mulheres desempenham na sociedade. Fruto de uma construção societária que pôs mulheres à margem das discussões que definem uma população, incluindo espaços, notamos a falta de receptividade ao feminino em diversos aspectos.

As narrativas construídas sobre o papel da mulher na sociedade foram formadas a partir das interpretações masculinas, brancas, heterossexuais, cis gêneros, que não só se puseram em sobreposição às das mulheres, como também das pessoas pretas, homossexuais, transgêneros, dentre outras minorias sociais. Quando se fundem mais de um destes debates, necessita-se aprofundamento e ainda mais cuidado na interpretação das situações de forma coletiva.

Não é diferente a realidade das mulheres na arquitetura e urbanismo. As primeiras graduadas na área concluíram o curso no século XIX, mas ainda impossibilitadas de exercer a profissão abertamente no mercado de trabalho, sendo, naquela época, direcionadas ao que ficou conhecido como exercício impresso da arquitetura.

O registro escrito da arquitetura e do urbanismo e a representação gráfica de projetos acabaram por se tornar atividades mais aceitas para as mulheres arquitetas, por serem atividades que poderiam ser desenvolvidas dentro do espaço da casa e que colocavam as profissionais em posição de submissão na prática profissional, que quase sempre seria a um homem.

As mulheres que conseguiam espaço para trabalhar como projetistas com frequência eram sombreadas por seus parceiros (profissionais ou afetivos) no mercado de trabalho, o que nos leva ao desconhecimento de nomes femininos emblemáticos na arquitetura mundial, mas principalmente brasileira e paraense. Ao expandir esta reflexão para mulheres pretas, homossexuais e/ou transgênero, fica ainda mais dificultosa a identificação de um caso.

Marina Lima de Fontes, pesquisadora e arquiteta e urbanista brasiliense, na sua dissertação "Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista" afirma: "é impressionante descobrir que praticamente todos os 'grandes arquitetos' ou 'grandes homens' da história da arquitetura e do urbanismo tiveram esposas também arquitetas trabalhando ao seu lado, ou melhor, à sua sombra, no

desenvolvimento de seus projetos. Quando não esposas, existem sócias ou co-autoras que não receberam qualquer crédito ou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido"

Após anos de trabalho pesquisando sobre o papel das mulheres na arquitetura e urbanismo, profissionais como Ana Gabriela Godinho Lima, Ruth Verde Zein, Marina Lima de Fontes e outras atuam revelando nomes de mulheres que estiveram sob a imagem dos homens em seu campo profissional. Alguns dos exemplos são: Aino Marsio Aalto (Alvar Aalto); Alison Smithson (Peter Smithson); Carmen Portinho (Eduardo Affonso Reidy); Charlotte Perriand (Le Corbusier); Clara Porset (Luís Barrágan); Eileen Gray (Jean Badovici e Le Corbusier); Karola Bloch (Auguste Perret); Lilly Reich (Mies Van der Rohe); Margaret MacDonald (Charles Rennie Mackintosh); Marion Mahony Griffin (Frank Lloyd Wright); e Ray Eames (Charles Eames).

Em declaração dada pela arquiteta e urbanista Beatriz Colomina, sobre a afirmação do parágrafo anterior, corrigir esse quadro "não é apenas uma questão de adicionar alguns nomes ou mesmo milhares à história da Arquitetura. Não é apenas uma questão de justiça humana ou precisão histórica, mas uma maneira de entender mais completamente a arquitetura e as formas complexas em que é produzida". (A declaração consta de entrevista dada pela historiadora em 2017 a Kiri Robyn McKenna, arquiteta da Nova Zelândia).

Em maio de 2019, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil iniciou um movimento de mudança do quadro da Arquitetura e Urbanismo nacional, criando a Comissão Temporária para Equidade de Gênero - CTEG, composta inicialmente pelas seguintes mulheres: Arq. Urb. Nadia Somekh (SP) – Coordenadora, Arq. Urb. Daniela Pareja Garcia Sarmento (SC) -Coordenadora-adjunta, Arq. Urb. Josemée Gomes de Lima (AL) – Titular, Arq. Urb. Gilcineia Barbosa da Conceição (BA) – Titular, Arq. Urb. Cristina Evelise Vieira Alexandre (PB) – Titular, Arq. Urb. Ana Laterza - Analista Técnica e Ana Carolina Alcantara Ayres Assistente Administrativa.

A CTEG desenvolveu o 1º diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo, que tornou pública a situação das mulheres arquitetas e urbanistas na sociedade contemporânea, ainda que parcialmente pela baixa adesão ao questionário. A Comissão objetivou subsidiar a elaboração da Política do CAU para a Equidade de Gênero, mensurar a lacuna de gênero atualmente existente na profissão, criar indicadores a serem acompanhados como forma de aferição dos resultados das ações a serem propostas na 'Política do CAU para a Equidade de Gênero', qualificar o debate sobre gênero na profissão, sensibilizar a sociedade e os arquitetos e urbanistas sobre a pertinência

do tema e a sua afinidade com a missão do CAU e subsidiar o cumprimento do compromisso assumido pelo CAU de promover a equidade de gênero em todas as suas instâncias organizacionais e em seu relacionamento com a sociedade.

Segundo o diagnóstico supracitado, 64% dos profissionais de arquitetura ativos no Brasil são mulheres (cis e transgênero). Dos respondentes, 79% também o são. 78% dos respondentes se consideram brancos e destes 79% são mulheres. A quem interessa responder a uma pesquisa sobre equidade de gênero no CAU/PA?

Desmembrando-se os dados relacionados às Coordenações de Comissões nas esferas estaduais e federal do CAU, percebe-se que há peculiaridades quanto à representação feminina nesses papéis. Por exemplo, as arquitetas e urbanistas jamais coordenaram a Comissão de Planejamento e Finanças ou a Comissão de Ética e Disciplina no CAU/BR, apresentando também baixos percentuais nessas comissões nos CAU-UF. A única situação em que há real equilíbrio de gênero é na Coordenação da Comissão de Organização e Administração Federal, na qual os percentuais de homens e mulheres são idênticos.

O 1º diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo também revela que, durante o período analisado, das 27 presidências de CAU/UF apenas 7 foram ocupadas por mulheres. Com 6 representantes em um total de 28, as mulheres representam pouco mais de 1/4 das conselheiras federais titulares do CAU/BR e aproximadamente 1/5 das suplentes (5). No Conselho Diretor do CAU/BR há apenas 2 mulheres, representando 33% do grupo. Em seus três mandatos, o CAU teve somente presidentes homens.

Considerando o histórico dos percentuais de representatividade política feminina no CAU/BR, assim como os dados globais (contando o universo de conselheiros estaduais e federais entre 2012 e 2019), nota-se que a presença das mulheres tem crescido, embora não linearmente, mas ainda representa um número consideravelmente inferior à sua real proporção no universo profissional.

Há ainda debates acerca da maternidade, remuneração, orientação sexual, mobilidade e segurança, formação e atuação profissional de mulheres arquitetas, que revelam tristemente a situação atual excludente das mulheres no fazer da arquitetura e urbanismo. No que diz respeito a raça e assédio, por exemplo, a quantidade de mulheres que alegam ter sofrido violência sexual, assédio sexual, assédio moral ou discriminação de gênero no ambiente de trabalho, representa um número em média quatro vezes maior, quando comparado à quantidade de respondentes

No CAU/PA a situação não é muito diferente do quantitativo apresentado no 1º diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo. Ainda que mais de 54% dos profissionais registrados sejam mulheres, nunca houve presidente do sexo feminino no Conselho. Entretanto, a igualdade é verificada quando analisamos a quantidade de vice-presidentes durante as gestões, 2 mulheres e 2 homens ao longo de todo o período.

No que diz respeito à composição das comissões no CAU/PA, a Comissão de Administração, Planejamento e Finanças – CAPAF sempre foi coordenada por mulheres. Por outro lado, a Comissão de Ensino, Formação e Exercício profissional sempre foi coordenado por homens. O ano de 2021 é marcado pela igualdade no número dos coordenadores de comissões, sendo 3 coordenadoras mulheres e 3 coordenadores homens. O que se observa é que a representação feminina nas coordenações de comissões sempre foi muito expressiva.

Em consonância a este movimento, sabendo que a parcela paraense de arquitetas e arquitetos respondentes foi insipiente, frente aos resultados do 1º Diagnóstico de Gênero na Arquitetura e Urbanismo, citado anteriormente, torna-se relevante neste momento um posicionamento do CAU/PA expresso nas seguintes proposições:

- Criação da Comissão Temporária para Equidade de Gênero do CAU/PA;
- Acompanhar, avaliar e manifestar-se sobre questões de gênero na Arquitetura e Urbanismo;
- Realizar e participar de eventos para discussão de questões de gênero na Arquitetura e Urbanismo;
- Criar campanhas de conscientização sobre a violência de gênero e o racismo;
   e
- Incentivar os mapeamentos locais com o recorte temático de gênero.

Para tanto, propõem-se a criação da Comissão Temporária para Equidade de Gênero (CTEG) do CAU/PA, buscando alinhamento ao trabalho do CAU/BR no que tange ao assunto e objetivando o fomento da Política do CAU para a Equidade de Gênero.

2. INICIATIVAS SEMELHANTES EM OUTROS CONSELHOS PROFISSIONAIS E ESFERAS DO SERVIÇO PÚBLICO

Em 28 de fevereiro de 2019, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a ONU Mulheres assinaram um Memorando de Entendimento para promover a igualdade de gênero. Entre os principais pontos do acordo estão a adesão do STJ ao Movimento ElesPorElas (HeForShe), a promoção de ações para engajamento de homens em iniciativas em prol da igualdade de gênero e a realização de estudos de identificação de fatores que contribuam para a participação de mulheres em postos de poder e tomada de decisão. O STJ instituiu também na mesma data o programa 'Equilibra', que visa o aumento da participação institucional feminina no tribunal.

No âmbito dos Conselhos Profissionais, listamos algumas iniciativas semelhantes disponíveis nos sites de cada organização:

- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB):
   Comissão Nacional da Mulher Advogada
- Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS):
   Comissão especial de diversidade sexual e gênero
- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA):
   Comissão Temática de Equidade de Gênero e Raça
- Conselho Federal de Medicina (CFM):
   Comissão para estudo da transexualidade
- Conselho Federal de Enfermagem (COFEN):
   Comissão de Saúde da Mulher
- Conselho Federal de Economia (COFECON):
   Grupo de Trabalho Mulher Economista
- Conselho Federal de Psicologia (CFP):
   Comissão de Direitos Humanos
- Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP/SC):
   Comissão Mulheres e Psicologia
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG):
   Comissão Mulheres e questões de gênero

Outras iniciativas de Conselhos Profissionais visando a maior representatividade feminina em suas respectivas áreas de atuação promovidas apenas até 2018 são:



- 1ª Semana da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/DF para debater situações pontuais de vida que permeiam a comunidade LGBT, segmento que inclui homossexuais bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros;
- GT Equidade de Gênero do CONFEA para discutir sobre o tema "Equidade de Gênero", adquirir o Selo Pró-Equidade; e compartilhar experiências e programas com os regionais para a implantação da equidade de gênero no Sistema Confea/Crea:
- II Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina do Ano de 2017 com a temática: "Respeito à diversidade de gênero e segurança do paciente", promovido pelo CFM;
- Diálogo Digital "Nem uma a menos: contribuições da Psicologia na garantia dos direitos das mulheres", promovido pelo CFP, para questionar sobre as contribuições da Psicologia para enfrentar as desigualdades e a violência que incidem sobre as mulheres, interrogar sobre as determinações de gênero sobre a vida das mulheres atendidas pelos profissionais da Psicologia, enfrentar a não naturalização de determinados tipos de feminilidade e a não invisibilidade das opressões de gênero que incidem sobre essa subjetividade;
- Fórum das mulheres economistas, durante o XXII Congresso Brasileiro de Economia, promovido pelo COFECON, onde foram debatidas políticas de conciliação entre a vida profissional e privada para apoiar a participação contínua das mulheres no mercado de trabalho formal;
- Resolução nº 845/2018 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que dispõe sobre a atuação profissional de assistentes sociais em relação ao processo transexualizador;
- 1º Fórum da Mulher Corretora de Imóveis, promovido pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Sergipe (Creci-SE), com o tema "Criatividade e Inovação na Gestão de Negócios Imobiliários";
- 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) com o tema "Saúde das Mulheres: desafios para a integralidade com equidade", visando propor diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

# 3. INICIATIVAS JÁ EXISTENTES NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO

Sabe-se acerca da existência, atualmente, de diversos fóruns, grupos e coletivos que estudam ou promovem ações para fomentar a participação feminina e a equidade de gênero na profissão. O próprio Fórum de Presidentes do CAU/BR possui um Grupo de Trabalho informal

de articulação sobre a pauta, que está organizando o ciclo de debates "As mulheres na Arquitetura e a Produção da Cidade Inclusiva", com o apoio da Assessoria Institucional e Parlamentar do

Nas eleições de 2017, arquitetas e urbanistas do estado de Santa Catarina articularamse em prol da ampliação da representatividade feminina no conselho e constituíram uma chapa formada exclusivamente por mulheres.

A constituição da Comissão Temporária para Equidade de Gênero, no CAU/BR, para debater e consolidar recomendações no âmbito da equidade de gênero oportunizaria um diálogo com essas diversas iniciativas em curso para o fortalecimento de suas ações e propostas. Algumas iniciativas já conhecidas são:

#### NO ÂMBITO NACIONAL:

CAU/BR.

- O coletivo Arquitetas Invisíveis, criado por estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília;
- Projeto Meu Endereço e a Agenda ATHIS Mulheres coordenada pela arquiteta e urbanista
   Myrian Cardoso, professora da Universidade Federal do Pará;
- Coletivo Cidade para Mulheres, coordenado por profissionais de arquitetura e urbanismo paraense;
- ONG Arquitetas sem Fronteiras, de Minas Gerais, finalistas do prêmio internacional Marielle Franco Community-Design Award;
- coletivo nacional Arquitetas Negras, que visa abarcar estudos e mapear projetos trazendo um panorama contemporâneo da produção arquitetônica das arquitetas negras no Brasil;
- O GT Mulheres na Arquitetura, sobre arquitetura e gênero, do Sindicato dos Arquitetos no estado de São Paulo;
- O Coletivo Pisa: cidade + pesquisa, de São Paulo, que conta com pesquisadores de antropologia urbana em questões homoafetivas.

#### NO ÂMBITO INTERNACIONAL:

 A rede MOMOWO - Women's Creativity Since The Modern Movement (Criatividade das Mulheres desde o Movimento Moderno), com o objetivo de divulgar e promover conhecimento e interesse no patrimônio cultural europeu produzido por mulheres. A

iniciativa é organizada por diversas entidades europeias e coordenada pela Politécnica de Turim, na Itália.

- o Congressos Internacionais sobre Arquitetura e Gênero, realizados em: 2014, pela Universidad de Sevilla, em Sevilla, Espanha; 2015, pela Universidade Lusófona, em Lisboa, Portugal; e 2017, pela Universidade de Florença, em Florença, Itália:
- O coletivo catalão Cole.lectiu Punt 6, que promove iniciativas diversas (workshops, pesquisas, publicações, seminários), sobre a perspectiva de gênero no projeto de espaços e equipamentos urbanos;
- O coletivo Equal Saree, da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, que estuda, ensina e produz arquitetura e urbanismo com enfoque feminista e transdisciplinar.
- A Associação Mulheres na Arquitectura, fundada em 2017 em Portugal visando a reflexão e a ação no âmbito da equidade de gênero nas várias práticas implicadas no fazer arquitetura, cidade e território.

# 4. O PAPEL DO CAU NA EQUALIZAÇÃO DESSE CENÁRIO

Conforme disposto no Art. 24 da Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o Conjunto Autárquico do CAU formado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo.

Nesse sentido, a constituição da Comissão Temporária para Equidade de Gênero do CAU/PA, no âmbito de seu papel institucional, representará uma contribuição para o exercício ético e o aprimoramento da profissão, além de ir ao encontro da missão do CAU, bem como suporte e integração às ações do CAU/BR no que diz respeito à Equidade de Gênero na Arquitetura e Urbanismo.

Sendo a discriminação de gênero uma questão presente e preocupante na sociedade e considerando a importância de analisar a prática profissional a partir da perspectiva de gênero e do fomento de ambientes mais igualitários, torna-se imprescindível a discussão do assunto no âmbito do CAU/PA, buscando a conscientização da classe profissional acerca do tema e outros

relacionados a este, reforçando e continuando o trabalho iniciado pelo CAU/BR com o 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo.

## 5. MODUS OPERANDI DA COMISSÃO

## COMPOSIÇÃO:

- Conselheiros(as) titulares:
  - o Anna-Beatriz Bassalo Aflalo
  - o Ana Cristina Lopes Braga.

## SUBSÍDIOS:

- 1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo do CAU/PA;
- Informações já levantadas pelos coletivos existentes com enfoque na temática;
- Informações a serem coletadas por meio de questionários e consultas públicas;
- Publicações sobre arquitetura e gênero em periódicos e/ou editoriais nacionais e internacionais;
- Anais de congressos nacionais e internacionais sobre arquitetura e gênero;
- Dados disponíveis no Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) e nos arquivos dos setores do CAU/BR e dos CAU/UF;
- Produção bibliográfica nacional e internacional sobre a temática;
- Demais fontes de informação disponíveis.

## REUNIÕES:

- As reuniões ordinárias e extraordinárias da comissão serão realizadas conforme calendário a ser acordado entre os seus membros e aprovado pela Comissão proponente (CRI);
- As pautas de reuniões serão disponibilizadas aos membros integrantes em até 48 horas antes da reunião.

# 6. RESULTADOS ESPERADOS

- A construção coletiva da pauta das mulheres para a superação dos desafios do exercício profissional;
- A realização de ciclos de debates e outros eventos sobre Mulheres na Cidades e Cidade para Mulheres;
- O mapeamento e diagnóstico da produção arquitetônica feminina paraense;
- Articulação com coletivos e fóruns nacionais e internacionais para realização de evento em 2021 sobre Arquitetura e Gênero.

# 7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dado o caráter temporário e a circunstância de criação da Comissão, não houve previsão de recursos contemplados no atual Plano de Ação e Orçamento do CAU, o colegiado funcionará em plataforma 100% digital, sem dotação orçamentária específica (dotação orçamentária poderá ser disponibilizada, após aprovação de projeto específico). Encontros presenciais poderão ser coordenados com as agendas individuais de seus membros e/ou em eventos do calendário do CAU/PA. Caso necessária e autorizada pelo Plenário, nos termos do Regimento Interno do CAU/PA, a prorrogação do prazo de funcionamento da comissão poderá contemplar dotação orçamentária específica para 2021.

## 8. PLANO DE TRABALHO

Ações	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21
Estudar o 1°							
Diagnóstico de							
Equidade de Gênero							
na Arquitetura e							
Urbanismo do			<b>建筑</b>				
CAU/BR, bem como a				1			
Política do CAU para	477						
a Equidade de Gênero							
e outros materiais							
relativos ao tema						_	



:	V				<u> </u>	·	
Capacitação dos							
Conselheiros e		Talanta					
Conselheiras, bem							
como funcionários e							
funcionárias do							
Conselho de							
Arquitetura e			<b>最多是</b> 次是				
Urbanismo do Pará							
sobre a questão de					8		
gênero							
Assinatura de Cartas							
de Cooperação com							
organizações e							
movimentos sociais,							
bem como outras							
comissões, que versem							
sobre o tema							
Definições e							
Planejamento de ação							
de conscientização							
sobre equidade de							
gênero na Arquitetura							
em IES							
Execução de ação de							
conscientização sobre							
equidade de gênero na							
Arquitetura em IES							
Elaboração de Plano		A STATE OF THE STA					
de desenvolvimento							
do 1º Diagnóstico de							
Equidade de Gênero							
na Arquitetura e			3年6月11日				
Urbanismo no Pará							
Organização e							
Execução de Eventos							
sobre Mulheres na							
Arquitetura Paraense e							
as Cidades paraenses				A la series			
para Mulheres							
Análise e							
manifestação sobre		A House					
assuntos, depoimentos							
e casos reais relativos							
a equidade de gênero							
na arquitetura e							
urbanismo							
Elaboração de um							
questionário para							
coletas de informações							
coletas de informações							

		6		
1	1		7	į
7				e reco
. 1			24	4

sobre gênero e arquitetura no Pará				
Aplicação de questionário para coletas de informações sobre gênero e arquitetura no Pará				
Elaboração de Plano de desenvolvimento do Mapeamento da Produção de Mulheres Arquitetas no Pará				
Apresentação do Relatório de Ações da CTEG CAU PA e apresentação de proposta revisada e expandida de renovação de Comissão				